

A palavra moratória está sendo censurada

AGÊNCIA ESTADO

Embora não tenha havido nenhuma manifestação ostensiva dos militares contra a medida governamental de não pagar os juros da dívida externa nos ministérios militares, a adoção da moratória foi vista com cuidado. A palavra "moratória", inclusive, foi evitada e mesma censurada. "Não se trata de moratória e sim de uma medida provisória que tem de ser adotada pelo nosso governo e com a qual os banqueiros consentem", argumentou uma alta fonte do Exército. O ministro Funaro e o porta-voz do Planalto não usaram uma única vez a palavra. Preferiram sempre dizer "medida" ou "suspensão de pagamento".

Na Aeronáutica, um oficial do Gabinete do ministro duvidava, há dois dias, que a medida viesse a ser tomada, lembrando os riscos que navios, mercadorias e aviões brasileiros passariam a correr no Exterior, desde que se adotasse tal atitude de forma unilateral.

De qualquer forma, embora evitando censurar o governo, as reticências de várias patentes mostram bem o temor que sentem pelo andamento da economia do País. Apostam na recuperação a partir do mês de maio e defendem essa moratória consentida como

única forma de resolver a falta de divisas no Tesouro nacional.

Agora, oficializada a medida, tem-se como certa que a visita do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, ao ministro do Exército, no dia 12 último, não teve outra finalidade a não ser colocar o general Leônidas Pires Gonçalves a par da medida que viria a ser adotada a menos de dez dias depois. E, especulase ainda, foi exatamente com base nas informações de Funaro que o Exército tratou de regular sua economia interna, tratando o ministro de convocar uma reunião do Alto Comando, encerrada ontem, minutos antes de o general Leônidas se encaminhar para o Palácio do Planalto a fim de participar da reunião do Conselho de Segurança Nacional.

COERÊNCIA

O ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Paulo Campos Paiva, disse ontem ao Estado que o presidente José Sarney, ao recorrer à moratória, "foi coerente com o compromisso de não pagar a dívida com a recessão, pois este seria um preço social muito grande, e o presidente já deixou clara sua prioridade para o social". O ministro disse que as Forças Armadas aceitarão novos sacrifícios, como uma redução de despesas, "pois nunca faltaram nas horas difíceis".